

Nota Técnica

Março de 2016
Número 155

Inflação: comportamento dos preços administrados na vida das famílias paulistanas



Inflação: comportamento dos preços administrados na vida das famílias paulistanas

Em 2015, a taxa acumulada de inflação superou o teto da meta estabelecida pelo governo, de 6,50%, e apresentou variação acumulada de dois dígitos. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tiveram alta acumulada de 10,67% e 11,28%, respectivamente. Já a taxa geral do ICV (Índice de Custo de Vida) do DIEESE, calculado para a cidade de São Paulo, foi de 11,46%, a maior taxa desde 2002.

Dos 10 grupos que compõem o ICV, em apenas dois foram observadas variações superiores à média da inflação: Habitação (15,70%) e Transporte (15,13%). Os outros grupos registraram taxas menores: Alimentação (10,55%), Despesas Pessoais (10,15%), Saúde (9,13%), Despesas Diversas (8,36%), Educação e Leitura (8,29%), Recreação (7,21%), Equipamento Doméstico (2,46%) e Vestuário (0,14%).

A Habitação mostrou a maior taxa acumulada, 15,70%. Entre os componentes deste grupo, foi o subgrupo operação do domicílio (22,43%) que concentrou os itens com variações mais altas, com destaque para eletricidade (71,11%), gás de botijão (24,45%) e água e esgoto (22,79%). Para o subgrupo locação, impostos e condomínio, a taxa foi de 8,25%; já para o da conservação, de 6,38%.

O grupo Transporte (15,13%) mostrou alta tanto no transporte individual (15,17%) quanto no transporte coletivo (15,03%).

Em janeiro de 2016, o DIEESE divulgou a Nota Técnica “Por que a inflação não cai com o país em recessão” e indicou que, entre outros fatores, o reajuste dos preços administrados ou monitorados é um dos responsáveis pela atual inflação.

O objetivo desta Nota Técnica é mostrar os impactos dos reajustes dos preços administrados no custo de vida das famílias paulistanas.

ICV por tipo de mercado

Para esta Nota Técnica, os produtos do ICV foram agrupados por tipo de mercado ao qual pertencem:

- **Produtos com preços administrados** – representam 19,21%¹ dos gastos familiares. São os impostos como IPTU e IPVA; tarifas de ônibus, trens e táxi; combustíveis; água, gás, luz e telefone;
- **Produtos Oligopolizados** – representam 15,93% das despesas. Compreendem remédios e produtos farmacêuticos; seguros e convênios médicos; cigarro; produtos de limpeza doméstica e manutenção do domicílio;
- **Produtos Concorrenciais** – pesa 64,85% nos gastos das famílias. São produtos e serviços de livre concorrência, como os alimentos dentro e fora do domicílio; aluguéis; compra de automóveis e manutenção; itens de vestuário, recreação e despesas pessoais, entre outros.

TABELA 1
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Quantidade de produtos por tipo de mercado
Município de São Paulo

Tipo de Mercado	Quantidade de itens
Administrado	23
Oligopolizado	45
Concorrencial	526
Total	594

As taxas anuais acumuladas dos produtos e serviços que apresentam livre concorrência entre 2010 e 2015 não registraram alterações significativas. Entretanto, o mesmo não ocorreu com relação aos preços dos itens administrados e oligopolizados (Tabela 2 e Gráfico 1).

Em 2013, o mercado oligopolizado se destacou e teve os preços aumentados, em média, em 12,42%. Os itens que apresentaram maiores contribuições foram os seguros e convênios médicos (1,31 ponto percentual ou p.p.) e o cigarro (0,30 p.p.).

Como em 2012 houve queda nos preços da eletricidade, da gasolina e do álcool e, em 2013, acentuada diminuição de -0,48 p.p. nos valores da energia elétrica, as taxas acumuladas dos produtos e serviços que fazem parte do mercado administrado tiveram reajustes bem inferiores em relação aos outros mercados.

¹Como o ICV do DIEESE utiliza a fórmula de *Laspeyres*, o peso dos gastos é atualizado mensalmente.

Em 2015, a variação dos produtos com preços administrados foi de 22,34%, com destaque para: eletricidade (71,11%), álcool (34,23%), gás de botijão (24,45%), água e esgoto (22,79%), gasolina (18,65%) e ônibus comum (16,67%).

A justificativa utilizada para os aumentos significativos da energia elétrica, com implantação de tarifa extra, chamada de bandeira vermelha, foi o encarecimento dos custos de produção, aquisição e distribuição da energia pelas concessionárias. Em 2015, a diminuição de água gerou menos energia e foi necessário ativar as termoelétricas. Além disso, o Tesouro Nacional deixou de aportar dinheiro para o setor elétrico, de forma que foram feitos reajustes expressivos na conta de luz do consumidor. No caso da água, a crise hídrica também foi responsável pelos aumentos no município de São Paulo.

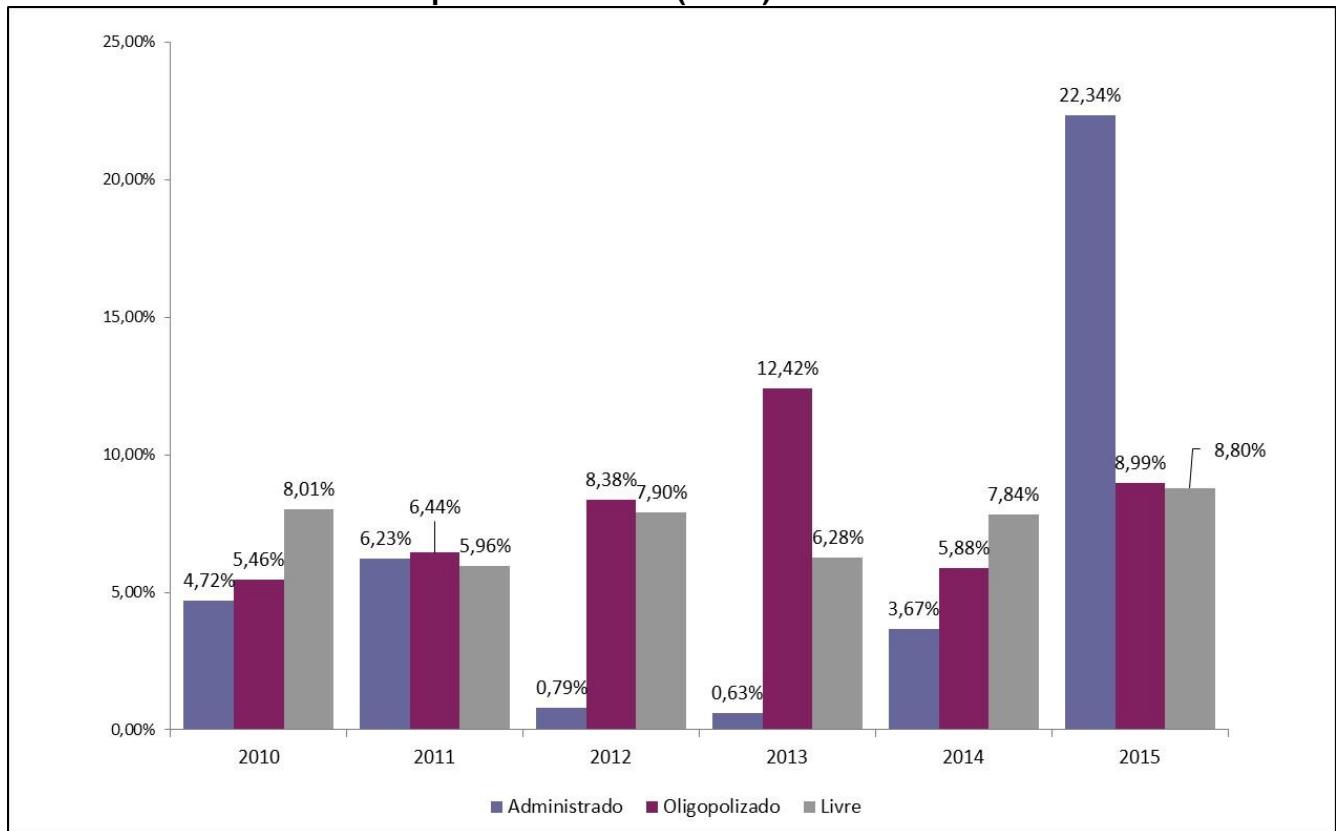
Devido à defasagem de preço do petróleo em relação valores praticados internacionalmente e a toda a crise enfrentada pela Petrobras, a gasolina teve os custos reajustados. O álcool, por sua vez, é um substituto da gasolina e, devido à maior demanda e à entressafra da cana-de-açúcar, também registrou alta de preço várias vezes ao longo do ano. Finalmente, no município de São Paulo, a tarifa do ônibus comum teve o valor reajustado, depois de ter sido mantida em 2014, após a realização de vários protestos na cidade naquele ano, quando da decisão de elevação do custo da passagem.

TABELA 2
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxas acumuladas em 12 meses, segundo tipo de mercado
Município de São Paulo - 2010 a 2015

Ano	Administrado (%)	Oligopolizado (%)	Concorrencial (%)
2010	4,72	5,46	8,01
2011	6,23	6,44	5,96
2012	0,79	8,38	7,90
2013	0,63	12,42	6,28
2014	3,67	5,88	7,84
2015	22,34	8,99	8,80

Fonte: DIEESE

GRÁFICO 1
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxas acumuladas em 12 meses, segundo tipo de mercado
Município de São Paulo (em %) - 2010 a 2015



Fonte: DIEESE

Os produtos e serviços de livre concorrência apresentam as mais elevadas contribuições acumuladas em todos os anos analisados (Tabela 3 e Gráfico 2), mas é preciso ressaltar que eles são maioria entre os itens pesquisados - 526 do total de 594 itens.

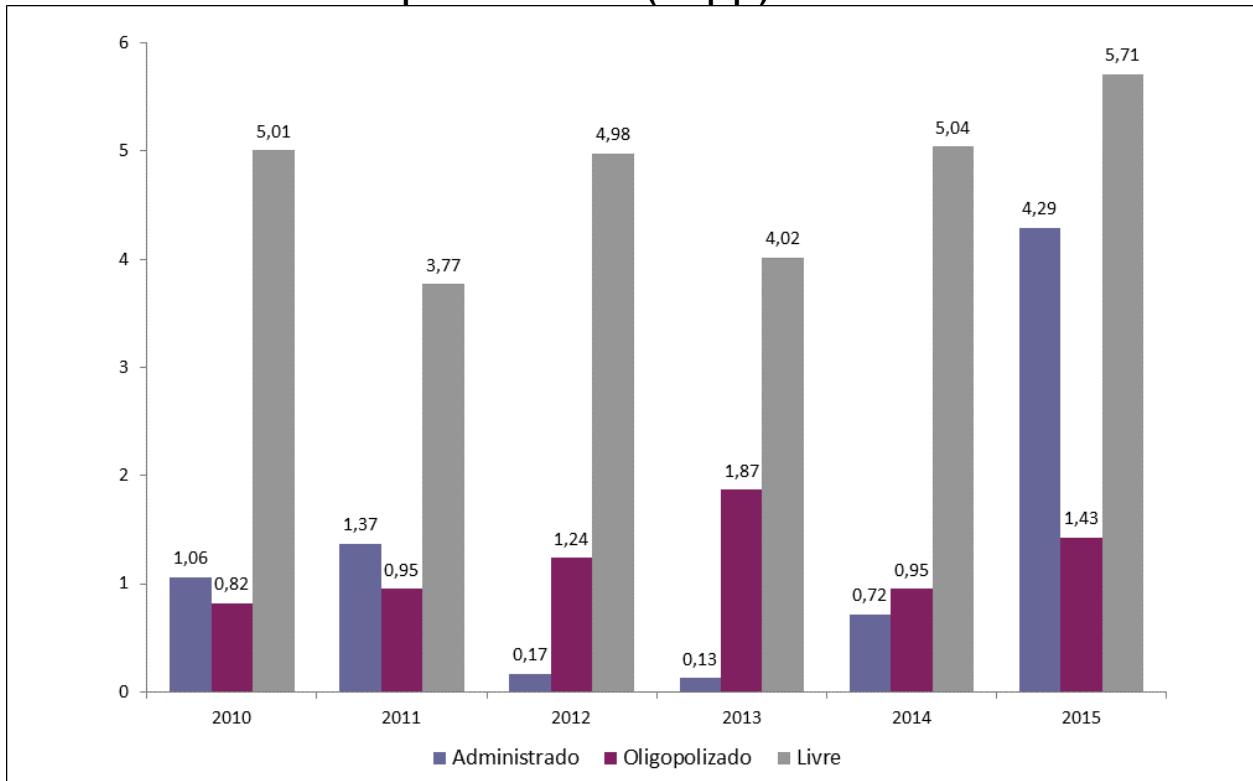
As contribuições relativas aos outros mercados são menores para todos os anos. Chama atenção, entretanto, a contribuição de 4,29 p.p. dos itens administrados em 2015, o que se deve às altíssimas taxas já mencionadas.

TABELA 3
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Contribuições acumuladas em 12 meses, segundo tipo de mercado
Município de São Paulo - 2010-2015

Ano	Administrado (p.p.)	Oligopolizado (p.p.)	Concorrencial (p.p.)
2010	1,06	0,82	5,01
2011	1,37	0,95	3,77
2012	0,17	1,24	4,98
2013	0,13	1,87	4,02
2014	0,72	0,95	5,04
2015	4,29	1,43	5,71

Fonte: DIEESE

GRÁFICO 2
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Contribuições acumuladas em 12 meses, segundo tipo de mercado
Município de São Paulo (em p.p.) - 2010 a 2015



Fonte: DIEESE

O impacto dos reajustes no ICV por estrato de renda

O ICV calcula, além da taxa geral, a variação do custo de vida para as famílias segundo terços de renda. A renda familiar é dividida em três estratos: o estrato 1, que engloba um terço das famílias com menor renda; o estrato 2, um terço com nível intermediário de renda; e, o estrato 3, um terço das famílias com maior renda.

Em 2015, a inflação média foi maior para as famílias de menor renda, devido aos aumentos no transporte e nas tarifas públicas, além da alta na alimentação. A taxa acumulada para o 1º estrato foi de 12,83%; para o 2º estrato, de 12,07%; e, para o 3º estrato, 10,43%. Como mostram os dados, na medida em que o poder aquisitivo aumentou, a taxa média de inflação diminuiu.

A observação do comportamento dos preços dos bens e serviços pesquisados pelo ICV, por estrato de renda, permite afirmar que as altas dos preços administrados tiveram grande impacto no poder de compra das famílias de baixa renda.

Em média, comparando-se os estratos 1 e 3, o aumento dos preços administrados foi de 25,90% para as famílias de menor poder aquisitivo e de 20,39% para as de maior renda. Isso se justifica pelo peso proporcionalmente maior do transporte público para as famílias mais pobres, além dos aumentos já mencionados das tarifas públicas (Tabela 4 e Gráficos 3 e 4).

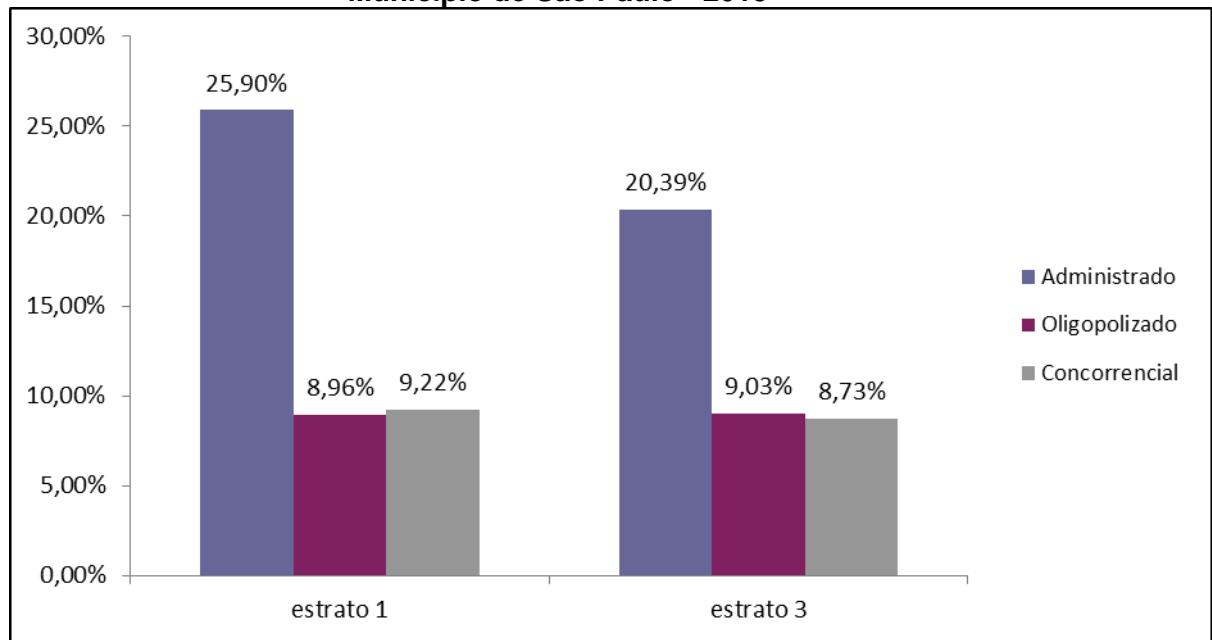
TABELA 4
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Contribuições e taxas acumuladas em 12 meses, segundo tipo de mercado
Município de São Paulo - 2015

Estrato 1			
Tipo de mercado	Peso (%)	Contribuição (p.p.)	Taxa anual (%)
Administrado	21,34	5,53	25,90
Oligopolizado	15,39	1,38	8,96
Concorrencial	63,37	5,85	9,22

Estrato 3			
Tipo de mercado	Peso (%)	Contribuição (p.p.)	Taxa anual (%)
Administrado	17,97	3,66	20,39
Oligopolizado	16,07	1,45	9,03
Concorrencial	65,93	5,76	8,73

Fonte: DIEESE

GRÁFICO 3
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Variações acumuladas em 12 meses, segundo tipo de mercado, por estrato de renda
Município de São Paulo - 2015

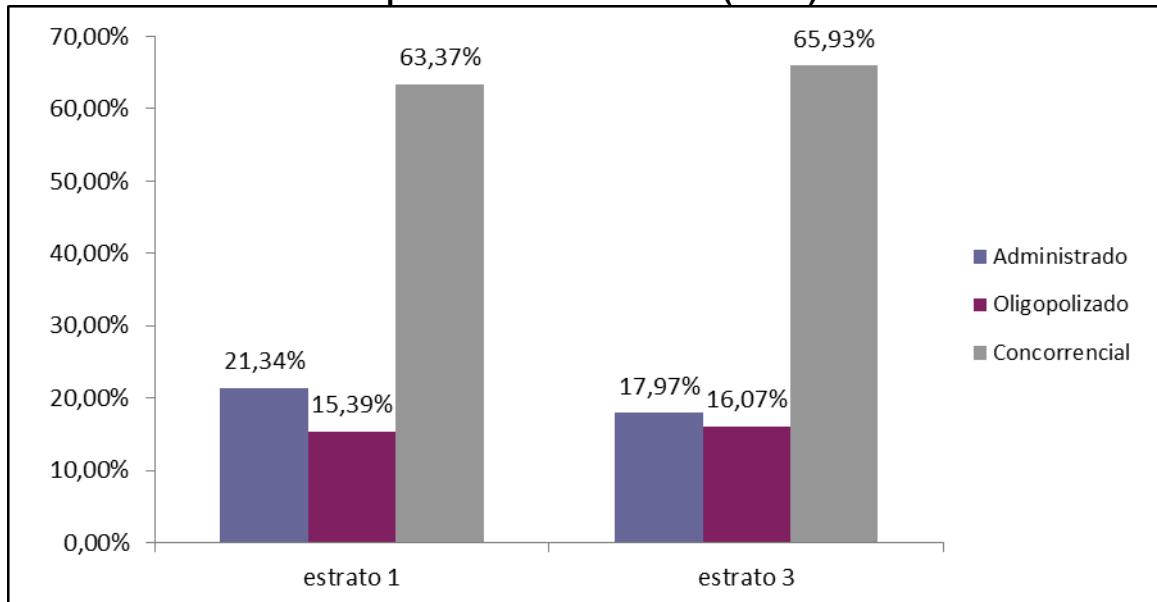


Fonte: DIEESE

O peso dos bens administrados no orçamento das famílias também se destaca para os dois estratos de renda comparados; para as famílias mais ricas, foi de 17,97% e, para as de menor renda, ficou em 21,34%. Para os bens concorrenenciais, o peso para as famílias do estrato 1 foi de 63,37% e para as do estrato 3, de 65,93%.

Como resultado final, a contribuição dos bens administrados na taxa de inflação de 2015 para as famílias de menor renda foi de 5,53 p.p. e, para as de maior renda, de 3,66 p.p..

GRÁFICO 4
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Peso dos bens e serviços segundo tipo de mercado, por estrato de renda
Município de São Paulo - 2015 (em %)



Fonte: DIEESE

Os bens e serviços administrados que mais pesaram no orçamento das famílias paulistanas em 2015 foram energia elétrica, água e esgoto, gás de botijão, gasolina, álcool e tarifa de ônibus. Entretanto, existem diferenças de impacto entre as famílias, de acordo com as faixas de rendimento.

Assim, a eletricidade foi o item que mais pesou para todas as famílias, porém, proporcionalmente, apresentou mais impactos para as do estrato 1 (2,55 p.p.) do que para as do estrato 3 (1,19 p.p.). O mesmo aconteceu com o aumento nos valores da água e esgoto (0,88 p.p. e 0,31 p.p.) e do gás de botijão (0,57 p.p. e 0,14 p.p.) - Tabela 5.

Com relação aos itens de transporte, o reajuste da tarifa de ônibus apresentou maior impacto para as famílias de menores rendas (0,68 p.p.), para as quais o peso é de 4,11%, em comparação com as de rendimentos superiores (0,28 p.p.), para quem o peso fica em 1,70%.

O contrário ocorreu com as altas da gasolina e do álcool. As famílias de maior poder aquisitivo sentiram proporcionalmente mais esses aumentos do que as de rendas menores, pois o peso dos itens é superior para o estrato 3: gasolina (4,59% para estrato 3 e 1,70% para o 1) e álcool (1,73% para estrato 3 e 0,42% para o 1).

TABELA 5
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Contribuições e taxas acumuladas em 12 meses
Seleção de itens por estrato de renda
Município de São Paulo - 2015

Estrato 1			
Itens	Peso (%)	Contribuição (p.p.)	Taxa anual (%)
Total Geral	100,00	12,83	12,83
Eletricidade	3,59	2,55	71,11
Água e Esgoto	3,85	0,88	22,79
Gás de Botijão	2,34	0,57	24,45
Gasolina	1,70	0,32	18,65
Álcool	0,42	0,14	34,23
Ônibus	4,11	0,68	16,67

Estrato 3			
Itens	Peso (%)	Contribuição (p.p.)	Taxa anual (%)
Total Geral	100,00	10,92	10,92
Eletricidade	1,67	1,19	71,11
Água e Esgoto	1,36	0,31	22,79
Gás de Botijão	0,56	0,14	24,45
Gasolina	4,59	0,86	18,65
Álcool	1,73	0,59	34,23
Ônibus	1,70	0,28	16,67

Fonte: DIEESE

Os aumentos dos preços administrados, expressivos em 2015, serão menores em 2016, até porque a tarifa da energia elétrica terá o preço reduzido. No entanto, a alta de 2015 tende a contaminar outros preços, uma vez que os itens administrados constituem custos de produção de outros bens e serviços de consumo. Assim, se, em 2015, os altos reajustes dos preços administrados ajudaram a elevar o patamar da taxa inflacionária, em 2016, os efeitos desses aumentos serão sentidos devido ao provável repasse de custos aos preços de outros bens e serviços, tanto oligopolizados quanto concorrenenciais.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Luís Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Secretário Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lício – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical

Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Equipe técnica responsável

Patrícia Costa

Carla Maria Bernardelli Massabki